

RAFAELA ALBERGARIA MELLO*

Palavras-chaves: Ensino de História, Lei 11.645, Livros didáticos.

A história do Brasil como é habitualmente contada torna inteiramente impossível pretender compreender a importância dos indígenas na fundação da colônia e na construção da nacionalidade inviabilizando igualmente os esforços de entendimento de sua presença e significação na contemporaneidade. (Oliveira, 2010, p. 28.)

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado desenvolvido no Mestrado Profissional Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II, sob orientação da professora Vera Lúcia Bogéa Borges. Meu objetivo Compreender a história dos povos indígenas no Brasil no âmbito do ensino de história, utilizando a perspectiva da interculturalidade e tendo como referência os currículos escolares e os livros didáticos de história para o Ensino Médio.

Assim é importante destacar que indigenismo não é a defesa dos povos indígenas como é posto pelo senso comum, e sim, a reflexão dos modos de interpretação e dominação em relação aos indígenas de uma forma geral.

Atualmente, o que sugere uma percepção anacrônica da temática, os índios ainda são percebidos como se todos fossem iguais. Por isso, afirmamos que os índios no presente apresentam sensíveis diferenças quando os dos momentos históricos anteriores. Os grupos indígenas não são apenas remanescentes. Também existem muitos povos indígenas que estão reaparecendo, reconstruindo suas etnias, buscando seus direitos e preservando suas histórias.

Nessa perspectiva, João Pacheco cria a expressão *Viagem de volta* direcionado a realidade dos indígenas no nordeste brasileiro do século XX, mas válida para outros grupos indígenas que começam a buscar legitimidade. (OLIVEIRA, 1999)

O conceito *Viagem de Volta* traduz a busca por suas raízes, pela reconstrução de suas tradições. Um movimento que busca legitimar a cultura esquecida, envergonhada, escondida. O recomeço do resgate e legitimação de identidades.

* Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Práticas de educação básica do Colégio Pedro II, professora de história Seeduc e supervisora PIBID História UFRJ.

A reflexão de Marcos Alexandre na tese sobre a etnia Pankararu na cidade de São Paulo mostra a luta e a conquista de grupos indígenas que estão dentro do espaço urbano e negociam através da resistência com as práticas culturais o espaço e legitimação com os órgãos públicos. (ALBUQUERQUE, 2011.)

Essa legitimação se constrói a partir dos registros de autenticidade, da apropriação dos códigos da sociedade nacional pela busca por direitos. A percepção de que os índios estão na contemporaneidade, de que não existe apenas um tipo específico de índio e da necessidade da desconstrução do possível estereótipo.

Assim, os povos indígenas a partir da metade do século XX começaram a se organizar e a conquistar maior atenção na história, influenciando a realidade e repercutindo na sua reivindicação do poder público a implementação de seus direitos. Mostraram que não haviam desaparecido, já que foram esquecidos propositalmente da História do Brasil, no passado, considerados selvagens (*bárbaros*) que deveriam se adequar ao *progresso* e dessa forma foram excluídos do currículo do ensino de história da educação básica.

John Monteiro (1995) afirma que um novo indigenismo surgiu, com organizações indígenas reivindicando e reconquistando direitos históricos. Esse movimento teve apoio dos antropólogos, ocasionando novas produções bibliográficas sobre a temática indígena que até então eram omitidas e gerando novas perspectivas dentro da História do Brasil.

Sobre essas novas produções acadêmicas, John Monteiro denominou de *Nova História Indígena* (2001), a reconstrução do processo histórico, a revisão de estudos, e a inserção do indígena como ator político e atuante nos processos históricos. Vários autores podem ser apresentados, nesse sentido destacamos Manuela Carneiro da Cunha, Luis Grupioni e João Pacheco de Oliveira enquanto reflexões seminais sobre a temática.

A reivindicação étnica dos indígenas contra os estereótipos existentes em nossa sociedade é uma busca também para repensar a História do Brasil. como a discriminação contra os índios em diversos contextos históricos. Assim a reflexão procura contribuir para o estabelecimento de políticas favoráveis de garantia e legitimidade dos seus direitos.

Para a historiografia oitocentista, no processo de construção do Estado Nacional, os povos indígenas não tinham história e a história do Brasil começava pela chegada

dos portugueses em 1500. Naquele momento, duas instituições destacaram-se no cenário nacional, isso é, o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

O principal historiador do Brasil Império, Francisco Adolfo Varnhagen, era alinhado à história positivista e evolucionista, marcos do século XIX, e desenvolveu um conjunto de obras importantes sobre a construção da história do Brasil e da identidade nacional.

Varnhagen¹ demonstra em sua obra o preconceito contra os indígenas e que esse povo não tinha história, assim como a não existência de um genocídio no Brasil contra as populações originárias. Para o historiador, o Brasil era a extensão de Portugal, por isso, português e que o grande *herói* era o desbravador das terras, o bandeirante paulista. (OLIVEIRA, 2010)

A célebre frase de Varnhagen sobre os índios, “*Povos na infância, não há história, há apenas etnografia*” parece ter sido incorporada na historiografia brasileira por décadas, tendo como desdobramento o desconhecimento e preconceito pela população brasileira em relação aos povos indígenas.

Contrapondo Varnhagen, também no século XIX, o professor do Colégio Pedro II, Capistrano de Abreu escreveu importantes obras² de como os portugueses moldaram a América. Esse autor, traçou os caminhos do aldeamento e ao contrario de Vanhargen, tinha uma visão positiva dos índios. Para o autor, o Brasil não era português, e sim mestiço. (ibidem)

Porém Varnhagen era o principal historiador do IHGB e ideólogo da ideia de Brasil nação contínua a Portugal. Desta forma, se cria e se perpetua na história brasileira, equívocos e termos fantasiosos sobre as populações originárias, tendo a história do Brasil a perspectiva europeia.

É preciso repensar a história do Brasil, repensar a colonização e as suas contradições, sacudir o ensino de história e perceber o perigo de uma história única e singular com a narrativa europeia e com a pouca importância aos indígenas, é preciso

¹ Dentre as obras do historiador Varnhagen, podemos destacar: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. 1978[1854]. *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 3 vols. São Paulo: Melhoramentos.

² Podemos destacar como uma das principais obras de CAPISTRANO DE ABREU, J. “Prefácio à História do Brasil”. In *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1932.

rever a multiplicidade de sujeitos, a história é composta por diversos segmentos e agentes sociais.

O Ensino de História é considerado por Monteiro (Monteiro, 2011) um lugar de fronteira, pois procura articular referências da história e da educação. Um lugar da negociação da distância. Da história, o Ensino de História utiliza a historiografia e do campo da educação usa das teorias do currículo e da didática. É um lugar de disputas e convergência entre a história e o ensino.

O currículo é produzido por escolhas, é a construção a partir de uma seleção e legitimação cultural e de negociação de identidades do que é importante ensinar. O currículo está inserido no programa de ensino, nos programas dos governos, no índice do livro didático, no conteúdo desenvolvido pelo professor.

Essa seleção de conteúdo que forma o currículo é uma maneira de adequar o conhecimento que serve construir junto ao aluno. Nesta construção, o professor adequa o currículo, o conteúdo selecionado à realidade do aluno, o que podemos denominar como transposição didática.

Como adequar a história ensinada, ao problematizar com os estudantes tempo e cultura tão distantes de suas realidades a partir dos diferentes objetos de estudo. Desta forma, o professor segue o papel de motivador ao convidar os estudantes a “viajarem pelo tempo”. O professor reinventa a história a cada aula, em cada turma. Além disso, nós professores da educação básica fazemos analogias, comparações o tempo todo com nossos estudantes, tentando mostrar a eles como era a realidade em um determinado período histórico.

Ensinar história é gerar um compromisso com a reflexão dos fatos, conceitos e tempo histórico. O objetivo do ensino da história é a construção do conhecimento sobre o passado da sociedade e nós professores temos que trazer este conhecimento de forma interessante aos alunos, é preciso compreender as especificidades da história através da prática docente.

É preciso mostrar a relação entre o passado e presente. O Ensino de História é indispensável para compreender a sociedade atual. O professor tem um papel político, isso é, ele precisa fazer com que o aluno reflita sobre a sua conjuntura política e socioeconômica.

Como Sonia Nikituik (2012) afirma, o conteúdo da disciplina de história não é o passado, mas o tempo, através do ensino de história, o aluno deverá compreender as mudanças da sociedade e reconstruir os processos históricos.

De acordo com Ana Maria Monteiro, “Os professores de história não apenas detêm saberes especializados, mas também os produzem e reproduzem, ao adequá-los ao grau de compreensão dos alunos.” (MONTEIRO, OP.CIT. P. 15) Destaca-se as funções do professor de criar e se adaptar as transformações que a sociedade vive. Ao tentar dialogar com o conhecimento, o professor possui os seus saberes e os transforma a cada experiência.

Ainda sobre o Ensino de História, sabemos que a história é plural, é a história do homem e esse homem é múltiplo. E que a disciplina escolar de História possui a responsabilidade da construção da identidade nacional.

É preciso repensar a presença indígena na história do Brasil. Os índios são protagonistas na história do Brasil e, assim, é preciso rever a sua importância e reconhecer a existência das culturas indígenas brasileiras. E seu devido espaço no processo histórico do país.

Regina Celestino(2009) afirma que durante muito tempo, os índios tiveram uma participação inexpressiva na historiografia, que os povos autóctones não agiam, somente reagiam. A autora mostra que através da análise de fontes, percebe-se que os índios não desapareceram, mas integraram-se na colônia, transformaram e lutaram por seus direitos.

Durante um longo período da história do Brasil, a chegada dos portugueses ao território foi denominada *descoberta*. Por séculos esse foi o termo utilizado nas instituições universitárias e nas escolas de educação básica e ainda permanece presente no imaginário da população brasileira. Hoje se utiliza termos como *encontro de culturas, de civilizações*, mas muito se fala das civilizações europeias e pouco se apresenta e se estuda sobre a história das populações originárias do Brasil.

O projeto português de expulsar as outras nações europeias do território e fundar a colônia foi realizado somente em 1548 com a chegada em Salvador do primeiro grupo de portugueses que se instalaram para formarem a colônia na América. Esse grupo foi composto de 1.200 soldados e 6 jesuítas, ou seja, quase 50 anos após a carta de Pero Vaz de Caminha.

Este documento considerado a certidão de nascimento do Brasil como João Pacheco apresenta, não considerava os autóctones perigosos, improdutivos ou incapazes. Caminha, assim como os outros cronistas do século XVI registraram a extensão numérica e da diversidade dos povos indígenas. (OLIVEIRA, 2010)

Esses mesmos cronistas afirmam que a construção de uma colônia no Brasil só seria possível com a participação dessas nações indígenas (BASTOS, 2011). O controle português do território era somente o da faixa litorânea, o interior era ocupado e controlado por várias nações indígenas.

Portugueses e franceses disputaram o controle territorial brasileiro e para isso se aliaram a grupos indígenas antagônicos. Obter a simpatia e a colaboração dos nativos era a principal preocupação de ambas as partes. (IBIDEM, P. 14.)

Essas rivalidades foram postas em prática gerando diversos conflitos pela conquista territorial e a formação de uma colônia da nação vencedora.

No território que deu origem ao Brasil, a existência de mediadores, brancos vivendo com os selvagens. Segundo Pacheco, a existência desses mediadores constituiu-se na formação de aliança e úteis para justificar o domínio português. A vinda da inquisição ao Brasil em 1590 era o resultado de denúncias de portugueses vivendo como selvagens.

Portugal pretendia tornar os povos indígenas como vassallos, assim teria um controle territorial, podendo fundar uma colônia portuguesa na América. Para a realização dessa finalidade, Portugal empreendeu a guerra de conquista, assim teria a mão de obra para a construção da colônia e súditos para o pagamento de tributos.

As guerras justas dos portugueses contra as diversas nações indígenas como os Tamoios, Tupinambás, Tupiniquins, Caetés, Aymorés e Potiguaras ao longo do século XVI mostram a resistência dessas populações à imposição do controle territorial português, assim como a repressão efetuada pelos portugueses contra essas nações indígenas.

A fundação da colônia teve um grande crescimento demográfico no final do século XVI assim como a de infraestrutura, com a utilização da mão-de-obra indígena que contribuiu para o fortalecimento da economia (SCHWARTZ, 1988). Também é marcado nesse período o estabelecimento das primeiras Missões jesuíticas.

“Sem a ausência e sem mão-de-obra das populações autóctones não poderia ser estabelecida a infraestrutura colonial indispensável, incluindo-se nisso desde as construções públicas até o pleno funcionamento do engenho.” (p. 26) Segundo esse trecho, podemos perceber o quanto era essencial o papel do indígena na formação da colônia.

A omissão de determinados papéis ocupados pelos povos indígenas nos conteúdos curriculares de história direcionados a educação básica infelizmente gera o desconhecimento da importância dos povos autóctones na formação do Brasil.

Não é possível compreender os indígenas atuais ignorando as estruturas estatais à que eles foram submetidos. A questão de civilizar e homogeneizar os povos autóctones, colocando - os as margens, denominando-os como os outros, os outros que deveriam se enquadrar a nova sociedade. Esse outro não poderia ser diferente, e se resistisse, tinha que ser excluído, pois não poderia fazer parte do novo mundo civilizado.

Assim surge a conceituação de índios pacificados no qual é realizado o ordenamento aos povos nativos pelo poder estatal e religioso e o índio bravo, aquele que resistia a pacificação e deveria ser integrado através das guerras justas.

Os índios pacificados, considerados os índios mansos, aqueles novos vassalos do poder real de Portugal, esses índios para o Estado Português estariam sofrendo o processo de assimilação e logo estariam incorporados a sociedade branca, homogeneizados e não mais diferentes.

Entretanto, o índio bravo seria aquele selvícola, que precisaria ingressar a sociedade, porém com cautela, com a tutela, um ser inocente e ingênuo, mas também arredo que precisaria do poder estatal para ser inserido no mundo moderno.

Ao lecionar história para as séries do ensino básico, percebo que os livros didáticos não são frequentemente atualizados e acabam ficando muitas vezes defasados na utilização de conceitos e no tratamento dado as fontes históricas. Alguns livros se tornaram inclusive obsoletos. O que infelizmente ocorre é a distância do conhecimento universitário em relação ao ensino básico, como Souza Lima (1995) afirma:

Os indígenas permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas e objeto de preconceito: nunca saem dos primeiros capítulos dos livros didáticos são, vaga e genericamente, referidos como um dos componentes do povo e da nacionalidade brasileiros, algumas vezes tidos

como vítimas de uma terrível "injustiça histórica", Os verdadeiros senhores da terra. Não surgem enquanto atores históricos concretos, dotados de trajeto próprio, participantes de guerras pelo controle de espaços geográficos específicos, inimigos, mas também muitas vezes aliados, beneficiários e instrumentos dos conquistadores, presentes até hoje em tudo o que se passa em muitas regiões do Brasil. (p. 408).

Portanto, observo que o indígena é tratado como sujeito oculto, um mero coadjuvante da história do Brasil, sem participação política, apenas como um povo sem história e sem futuro. Essa visão infelizmente ainda é mantida de forma sutil nos currículos, nos livros, na escola.

Muitas vezes os livros didáticos não acompanham a produção dos novos conhecimentos na área de história e antropologia, ficando apenas atrelado a indústria editorial. A produção editorial do Brasil segundo Selva Guimarães em relação ao livro didático é uma das maiores do mundo. (Fonseca, 2003)

Os livros didáticos a partir da década de 70 exerceram simultaneamente a função de portadores de determinados conteúdos e organizadores de aula. O livro didático passou a ocupar papel central no processo ensino-aprendizagem. (GATTAI, 2004)

A criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, marcou uma nova forma de pensar na produção do livro didático vinculado a educação brasileira. Em 1995, surge o atual Programa Nacional do Livro didático com duas funções, isso é, melhorar a qualidade da educação e suprir a necessidade de distribuição gratuita de livros escolas a todas as escolas de públicas do país. (AQUINO, 2013) A partir de 1996, todos os estudantes do ensino fundamental das escolas públicas adquiriram o direito de receber os livros didáticos gratuitamente.

Os livros didáticos são ferramentas das políticas educacionais e, revelam, no processo de produção, circulação e consumo, as disputas que emergem no campo do currículo. O atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) possui um guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. Esse guia é encaminhado às escolas para que os professores escolham o livro que consideram o mais adequado para a utilização em sala.

O livro didático se constitui como uma importante fonte de pesquisas, considerando, tendo como referência o PNLD, ou seja o maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo. Além disso, é um recurso pedagógico amplamente utilizado nas escolas públicas na atualidade.

Compreendo que os livros didáticos são ferramentas importantes que possibilitam a produção, circulação e consumo das políticas curriculares para o ensino básico e, é nele que podemos observar a disputa de currículo, definidora do que se deve incluir no aprendizado da educação básica.

O livro didático é um produto cultural e pode ser utilizado de diversas formas. Os livros didáticos são portadores de determinados conteúdos e são muitas vezes organizadores das aulas, ocupando papel central no processo ensino-aprendizagem. Muitos professores se guiam por ele para lecionar, outros utilizam o livro didático como uma ferramenta. O livro didático é o principal controlador do currículo.

É frequente que a cada governo, a política estatal do livro seja modificada. Portanto, é presente a disputa pelo currículo oficial, pelo o que ensinar, o que deve estar presente no currículo oficial e conseqüentemente nas coleções didáticas. O livro didático também é uma mercadoria, uma mercadoria valiosa na qual esta inserida o currículo proposto do governo. Os livros didáticos representam mais de 50% da venda de livros no Brasil.

Juliana Mattos destaca que o livro didático antes se ser um recurso didático, é um produto comercial inserido em políticas públicas da educação nacional. (MATTOS, 2012)

Além disso, o livro didático é muitas vezes o único livro que o estudante possui. O livro didático é importante por seu papel político e cultural, na medida em que reproduz e representa os valores da sociedade. (GATTAI, 2004)

Gattai Junior enfatiza que o livro didático ocupa um papel central no processo de ensino-aprendizagem. O historiador alega que assim como as escolas nunca foram iguais para todos, os livros didáticos também não eram. Os livros didáticos seriam elaborados segundo os padrões socioeconômicos, desta forma perpetuando a desigualdade em nossa sociedade.

Ana Maria Monteiro argumenta que os autores de livros didáticos ao produzirem suas obras expressam leituras, posicionamentos políticos, pedagógicos. Reinterpretando as orientações oficiais do currículo e incorporam a expectativa dos professores, buscando estes para o seu consumo. (MONTEIRO, 2009)

Os livros didáticos, segundo essa mesma autora, assumem diferentes funções como a função referencial, sendo depositário dos conhecimentos propostos nos

programas de ensino, função instrumental com a sua prática de exercícios propostos, a função ideológica e cultural, presente há tempos nas coleções didáticas, no qual se destaca como instrumento privilegiado na construção das identidade dos estudantes como futuro cidadãos e a função documental, no qual é importante componente com o conjunto de documentos apresentados aos estudantes podendo desenvolver o espírito crítico destes. Essas funções mostram o quanto o livro didático é imprescindível nas salas de aula e como é um componente escolar importante na qual deve ser estudado e pesquisado.

Carmem Gabriel aprofunda a questão do livro didático de história como um artefato cultural na qual os discursos são disputados e legitimados pelo currículo. Nesse sentido o discurso predominantemente presente nos livros didáticos é a oficial. (GABRIEL, 2009)

Desta forma o livro didático se tornou um elemento poderoso e determinante no ensino básico brasileiro. O livro didático de história hoje é um canal privilegiado no qual o conhecimento é difundido, mas também de distribuição e consumo de saberes híbridos, no qual a presença de diferentes discursos pedagógicos e históricos é uma de suas marcas mais evidentes na disputa pelos sentidos da história a ser ensinada na educação básica. (IBIDEM.)

Ana Choppin enfatiza que os livros didáticos não são somente ferramentas pedagógicas, os livros possuem suas ideologias e são fonte abundante para pesquisa

Desde 2001, a avaliação do PNLD desenvolvendo-se sob a responsabilidade direta das universidades públicas, ocorrendo desta forma uma política do MEC de intervenção editorial e de controle sob o que é produzido em materiais didáticos. É uma política de Estado no qual o governo federal procura socializar e dinamizar a educação no país. Essas avaliações apesar de serem recentes fizeram com que o mercado editorial se reajustasse às demandas atuais evitando estereótipos e preconceitos.

As coleções didáticas são analisadas por diversos pareceristas que avaliam se os livros foram adequados de acordo com as vigências do currículo e das demandas dos programas oficiais e das leis, nesse sentido, a lei 11.645/2013 que define a obrigatoriedade do ensino de história da África e da história dos povos indígenas do Brasil. Desta forma, de acordo com esses critérios, os livros didáticos não devem trazer preconceito ou estimular a violência.

A influência do governo na própria seleção dos livros que compõe o Guia do livro didático, demonstra que os livros didáticos estão comprometidos com demandas do programa oficial. (MATTOS, 2012), pois os livros acabam se tornando iguais, tendo os seus padrões e abordagens, frutos da mesma demanda de consumo das políticas de Estado, os editores de livros didáticos pouco ousam, criando assim uma padronização.

Alguns autores destacam (Ibidem) que o Guia dos Livros Didáticos do PNLD possui um valor simbólico no qual as resenhas desenvolvidas pelos pareceristas influenciam diretamente no processo de seleção dos professores de educação básica das escolas públicas de todo o Brasil. Portanto o Guia dos Livros Didáticos do PNLD é um instrumento importante para a reflexão. Deste modo, o percurso de análise centra-se no último Guia do PNLD para o ensino médio de 2014, particularmente pelas análises dos pareceristas sobre a inclusão da lei 11.645, foco de minha pesquisa.

Na avaliação do PNLD, para a disciplina de história destinada ao Ensino Médio de 2015, foram aprovadas 19 coleções didáticas. Sendo que muitas já pertenciam ao programa desde a última avaliação. Outras editoras tiveram seus títulos aprovados pelo programa pela primeira vez.

A editora Saraiva teve três coleções didáticas aprovadas sendo que o título, a História para o Ensino Médio teve a sua primeira edição incluída na lista. As editoras Ática e Scipione permaneceram cada com uma coleção. Já a editora Positivo teve duas coleções aprovadas, uma já pertencente ao programa e outra que teve a sua primeira edição neste. As editoras Brasil, SM, Escala Educacional, Base Editorial e Companhia da Escola permaneceram com as suas únicas coleções e já tinham a aprovação do programa desde pelo menos à última avaliação. A editora FTD teve duas coleções aprovadas esse ano, sendo que uma teve a sua primeira edição. A editora Moderna teve duas coleções aprovadas que participavam do programa. As editoras AJS, Leya e IBEP foram aprovadas pelos pareceristas do PNLD na disciplina de História pela primeira vez e cada uma teve uma coleção ingressando pela primeira vez no programa.

Assim, Grupioni expõe:

Nas escolas a questão das sociedades indígenas frequentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro de sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil.(GRUPIONI, 1995).

Dessa forma, Refletir sobre a questão indígena no Ensino de História é literalmente combater o preconceito. Esse que foi introduzido pela historiografia do século XIX, e que mesmo com uma nova história, essa com a perspectiva indígena sendo pesquisada e escrita a partir das últimas décadas do século XX, nas mais diversas instituições universitárias, ainda se mantem longe dos programas curriculares educacionais, das práticas de muitos professores de educação básica e principalmente dos livros didáticos.

Diante dessa realidade, as práticas de inserção do indigenismo no Ensino de História devem ter uma maior ampliação possível, não devendo ficar restritos somente na ocupação territorial portuguesa.

No censo de 2010³, os povos indígenas representaram um crescimento importante dentro do território brasileiro. Tendo mais de 180 línguas faladas e 238 etnias diferentes no Brasil. Os autóctones são 896.917 pessoas, divididos em 324.834 nos territórios urbanos e 572.083 nas áreas rurais.

Assim, a celebração do dia do índio nas escolas, em 19 de Abril, precisa mudar o foco do índio enquanto pertencente apenas à floresta, de comunidades caçadoras e coletoras e tem o hábito cultural de andar nu. Os povos indígenas não estão presos ao passado, não foram congelados no tempo e eles fazem parte da atual sociedade, frequentam universidade, utilizam tecnologia e continuam lutando por suas terras.

É preciso que a figura dos povos autóctones sejam refletidas no ensino de história, como também na escola, é na escola que se tem a possibilidade de construir o respeito, o conhecimento, a tolerância e o reconhecimento que os povos indígenas com lugar legítimo na história do Brasil.

Para concluir, reflito na necessidade de uma revisão das políticas escolares, a lei 11. 645 deve ser aplicada e exigida, assim como a história precisa se redimir em relação aos povos autóctones, os currículos educacionais devem ser reescritos, os livros didáticos precisam incorporar o indigenismo em seus capítulos, não somente nos conteúdos relacionados ao processo da conquista portuguesa.

³ Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br , acesso em 01/06/15

Há um longo caminho a ser percorrido, o diálogo entre a universidade e a educação básica precisa ser aprofundado, é preciso que se valorize a pluralidade brasileira, pois se não, a perpetuação do estereótipo e do preconceito prevalecerá.

Referências Bibliográficas:

ARREZZO, Roberta e GUERRA, Emerson. Povos indígenas: Nem pertencentes ao passado, nem parados no tempo, nem fadados a desaparecerem. In: **Práticas pedagógicas para o ensino de história e cultura afro-brasileira, África e indígena no Ensino Médio.**(Org.) MONTEIRO, Rosana Batista. Seropédica, UFFRJ, Evanglaf, 2013.

BASTOS, Alcmemo. Sem fé, lei ou rei, mas com liberdade, graça e inocência: o índio e os olhares inaugurais. IN: **O Índio antes do indianismo.** 7 Letras, Rio de Janeiro, 2011.

BITTENCOURT, CIRCE. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In: **O ensino de História e a criação do fato.** PINSKY, Jaime (ORG.). São Paulo, Editora Contexto, 2009.

_____. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas.** (Orgs.) PEREIRA, Amilcar e Monteiro, Ana Maria. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

CELESTINO, Regina. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** (Orgs.) ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados.** Campinas: Papyrus, 2003.

FURANI, Pedro Paulo & PIÑÓN, Ana. **A Temática Indígena na Escola: Subsídios para professores.** São Paulo, Contexto, 2014.

GABRIEL, Carmem Teresa. Exercícios com documentos nos livros didáticos de história: negociando sentidos da história ensinada na educação básica. In ROCHA, H; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. . **A história na escola: autores, livros e leituras.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GATTAI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990).** Bauru, EDUSC/Belo Horizonte: EDUFU, 2004.

GRUPIONI Luiz Donisetti Benzi. Livros Didáticos e Fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopez da Silva; GRUPIONI Luiz Donisetti Benzi, (Orgs.). **A temática indígena na sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: MEC, 1995, pp. 481- 493.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopez da Silva; GRUPIONI Luiz Donisetti Benzi, (Orgs.). **A temática indígena na sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC, 1995, pp. 407-419.

LIMA, Antônio Carlos de Souza: "O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo". In: **Revista de Antropologia**, vol. 55, no 2. São Paulo: USP, 2012.

MATTOS, Juliana Silveira. Os livros didáticos como produtos para o ensino de história: Uma abordagem do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. In: **Historiae** v. 3, n. 3 (2012).

MATTOS, Hebe Maria. "O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil." M. Abreu & R. Soihet, **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra FAPERJ (2003): p. 127-136.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O Livro didático de história hoje. **Revista Brasileira de História**, vol.24 n.48 São Paulo, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: Narrativas e leituras no ensino de História. In: A História na escola. Narrativas e leituras no ensino de História. In: ROCHA, H ; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. Ensino de história saberes em lugar de fronteira In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011.

_____. Perspectivas do Conhecimento histórico no Ensino Médio: Entre tradições e inovações. Texto apresentado na mesa-redonda Perspectivas do conhecimento histórico no ensino Médio na **VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História/III Encontro Internacional de Ensino de História** realizado na Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP em Campinas (SP), no período de 2 a 5 de julho de 2012.

MONTEIRO, John. O Desafio da História Indígena no Brasil. IN: SILVA, Aracy Lopez da Silva; GRUPIONI Luiz Donisetti Benzi, (Orgs.). **A temática indígena na sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC, 1995,pp. 221-228.

NIKITUİK, Sonia (org.) **Repensando o ensino de história**. 8. Ed, São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana** vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998

_____. **A Viagem de Volta. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena.** Rio de Janeiro, 1999.

_____. **O Nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico.** Anuário Antropológico/2009 - 1, 2010: 11-40

_____. "Os indígenas na formação da colônia: uma abordagem crítica". In: João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), **O Brasil Colonial – Vol 1: 1443-1580.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 167-228.